

PROJETOS INTERDISCIPLINARES E CONSUMO SUSTENTÁVEL: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE AÇÃO CLIMÁTICA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

*INTERDISCIPLINARY PROJECTS AND SUSTAINABLE
CONSUMPTION: THE SCHOOL AS A SPACE FOR CLIMATE
ACTION AND SOCIAL TRANSFORMATION*

Alessandra Maria Rocha Ribeiro

Secretaria de Estado da Educação de Goiás, GO, Brasil

Nívia Helena de Melo Lopes

Secretaria de Estado da Educação de Goiás, GO, Brasil

ISSN: 2675-908X

Resumo: O presente artigo analisa o papel da escola como espaço de transformação social e de ação climática local, evidenciando a importância da interdisciplinaridade e das práticas pedagógicas inovadoras na promoção do consumo sustentável. Fundamentado em pesquisa bibliográfica, o estudo articula contribuições de autores como Feitoza, Jacobi, Layrargues, Ferreira e Oliveira, que discutem a educação ambiental crítica e a formação da cidadania planetária. A reflexão parte do pressuposto de que a crise ambiental contemporânea é também uma crise de valores e de civilização, exigindo uma reconfiguração das relações entre conhecimento, ética e responsabilidade social. Nesse contexto, a escola é compreendida como espaço privilegiado para o desenvolvimento de competências socioambientais, capazes de unir teoria e prática na construção de uma cultura de sustentabilidade. A abordagem interdisciplinar, ao integrar saberes científicos, culturais e éticos, amplia o alcance da educação climática e favorece o protagonismo discente. As experiências educativas, como hortas pedagógicas, projetos de reciclagem e feiras ecológicas, aproximam o ensino da realidade e estimulam o engajamento coletivo. Conclui-se que a educação ambiental, quando incorporada ao cotidiano escolar, transforma-se em um projeto civilizatório que

fortalece a consciência ecológica, a solidariedade e o compromisso com o futuro comum. Assim, a escola torna-se agente de mudança e espaço de esperança, capaz de inspirar novas formas de coexistência entre seres humanos e natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental. Interdisciplinaridade. Consumo sustentável. Cidadania planetária. Sustentabilidade.

Abstract: This article analyzes the role of the school as a space for social transformation and local climate action, highlighting the importance of interdisciplinarity and innovative pedagogical practices in promoting sustainable consumption. Based on bibliographical research, the study brings together contributions from authors such as Feitoza, Jacobi, Layrargues, Ferreira, and Oliveira, who discuss critical environmental education and the formation of planetary citizenship. The reflection starts from the premise that the contemporary environmental crisis is also a crisis of values and civilization, demanding a reconfiguration of the relationships between knowledge, ethics, and social responsibility. In this context, the school is understood as a privileged space for developing socio-environmental competencies capable of linking theory and practice in building a culture of sustainability. The interdisciplinary approach, by integrating scientific, cultural, and ethical knowledge, broadens the scope of climate education and fosters student protagonism. Educational experiences such as school gardens, recycling projects, and ecological fairs bring teaching closer to real life and stimulate collective engagement. It is concluded that environmental education, when integrated into the school routine, becomes a civilizational project that strengthens ecological awareness, solidarity, and commitment to a shared future. Thus, the school becomes an agent of change and a space of hope, capable of inspiring new forms of coexistence between human beings and nature.

Keywords: Environmental education. Interdisciplinarity. Sustainable consumption. Planetary citizenship. Sustainability.

Introdução

A crise ambiental que marca o século XXI tem revelado de forma contundente os limites do atual modelo de desenvolvimento, baseado na exploração excessiva dos recursos naturais e na lógica do consumo desenfreado. O avanço tecnológico e o crescimento econômico, embora tenham proporcionado melhorias materiais, intensificaram as

desigualdades sociais e agravaram os impactos ecológicos em escala global. Nesse cenário, torna-se urgente repensar as relações entre sociedade e natureza, compreendendo que os problemas ambientais são, antes de tudo, reflexos de uma crise civilizatória e de valores. A educação, nesse contexto, assume papel central na construção de uma nova racionalidade ambiental, que integre conhecimento científico, ética e responsabilidade social.

A escola, como espaço privilegiado de formação humana, possui potencial singular para promover mudanças culturais e comportamentais em direção à sustentabilidade. Mais do que transmitir informações, ela deve formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel no enfrentamento das mudanças climáticas e na preservação da vida. Essa missão exige uma prática pedagógica comprometida com a transformação social e com a formação de sujeitos capazes de compreender a complexidade das interdependências que estruturam o planeta. Ao fomentar o pensamento crítico e o protagonismo estudantil, a escola contribui para a construção de uma cultura ambiental pautada na solidariedade, no respeito à diversidade e no cuidado com o comum.

A interdisciplinaridade surge, nesse horizonte, como um caminho promissor para ressignificar o processo educativo e integrar as diferentes áreas do saber em torno de um propósito comum: compreender e enfrentar os desafios ambientais contemporâneos. Ao romper com a fragmentação dos conteúdos, a abordagem interdisciplinar favorece a articulação entre ciência, cultura, ética e cidadania, estimulando uma visão sistêmica da realidade. Essa perspectiva amplia o papel do ensino, transformando-o em um processo de investigação coletiva, no qual teoria e prática se unem para construir soluções sustentáveis. O trabalho interdisciplinar, portanto, não é apenas um método didático, mas uma atitude pedagógica que valoriza o diálogo, a colaboração e a corresponsabilidade entre educadores e estudantes.

Dentro dessa proposta, a educação ambiental crítica e emancipatória se consolida como eixo estruturante de um novo paradigma educacional. Mais do que sensibilizar para as questões ecológicas, trata-se de promover uma mudança de mentalidade que vincule o conhecimento ao agir ético e solidário. A partir dessa compreensão, o consumo sustentável deixa de ser um tema periférico e passa a constituir elemento essencial da formação cidadã. Ao reconhecer que cada ato de consumo é também um ato político, o estudante aprende a relacionar suas escolhas diárias com os impactos sociais e ambientais, desenvolvendo uma postura de corresponsabilidade diante do mundo.

Nesse sentido, projetos interdisciplinares que abordam temas como reciclagem, economia solidária, hortas pedagógicas e feiras ecológicas ganham relevância no contexto escolar. Tais iniciativas não apenas aproximam os conteúdos curriculares da realidade dos alunos, mas também fortalecem o vínculo entre escola, comunidade e meio ambiente. Ao vivenciar experiências concretas de cuidado e cooperação, os estudantes compreendem que a sustentabilidade não se limita ao discurso, mas se manifesta na prática cotidiana e na construção de uma cultura de paz e respeito mútuo. A escola, ao tornar-se espaço de experimentação social e ética, reafirma seu compromisso com a formação integral e com a transformação das relações entre seres humanos e natureza.

Dessa forma, este artigo propõe refletir sobre como a interdisciplinaridade e as práticas pedagógicas inovadoras podem contribuir para o desenvolvimento do consumo sustentável e para a consolidação da escola como espaço de ação climática e transformação social. Busca-se demonstrar que a educação ambiental, quando incorporada ao currículo e vivenciada no cotidiano escolar, tem o potencial de formar cidadãos planetários — sujeitos conscientes de sua inserção no mundo e comprometidos com o futuro coletivo. O estudo fundamenta-se em abordagem bibliográfica, ancorada em autores que discutem a relação entre educação, sustentabilidade e cidadania, a exemplo de Feitoza (2021), Jacobi (2003), Layrargues (2000), Ferreira (2023) e Oliveira et al. (2025).

O objetivo é evidenciar que a escola contemporânea, ao adotar uma pedagogia interdisciplinar e ecocêntrica, pode superar o ensino fragmentado e tecnicista, tornando-se agente ativo na construção de um novo paradigma civilizatório. A reflexão que aqui se apresenta pretende contribuir para o fortalecimento de práticas educativas voltadas à sustentabilidade, à ética ambiental e à formação de comunidades de aprendizagem comprometidas com o bem comum. Em um momento histórico marcado por crises ambientais e sociais, reafirma-se a convicção de que a transformação começa na escola — espaço onde o conhecimento floresce como semente de consciência, solidariedade e esperança.

A interdisciplinaridade como caminho para a educação climática e a sustentabilidade

A educação contemporânea enfrenta o desafio de promover um aprendizado que vá além da fragmentação disciplinar e responda às

urgências ambientais do século XXI. A interdisciplinaridade emerge, nesse contexto, como uma estratégia essencial para articular o conhecimento científico com as dimensões sociais, éticas e ecológicas da vida. Como coloca Feitoza (2021), a integração entre áreas do saber possibilita compreender a complexidade das relações que estruturam o ambiente natural e humano, tornando o processo educativo mais significativo e transformador. Assim, a educação climática, quando construída sob uma perspectiva interdisciplinar, permite desenvolver uma visão crítica e sistêmica da realidade, fortalecendo a capacidade de ação dos estudantes diante das mudanças ambientais globais.

De acordo com o que sustenta Nascimento e Lobino (2022, p. 69):

A interdisciplinaridade rompe com a lógica de compartimentalização do conhecimento e favorece a criação de práticas pedagógicas colaborativas, nas quais o estudante assume papel ativo na construção do saber. Ao conectar conteúdos de Biologia, Geografia, Química e Ciências Sociais, o ensino torna-se um campo fértil para a reflexão sobre as causas e consequências das mudanças climáticas, a gestão dos recursos naturais e o consumo responsável.

A escola, nesse cenário, consolida-se como um espaço de mediação cultural e de construção de valores voltados à sustentabilidade, estimulando a corresponsabilidade e o engajamento comunitário.

Educar para a sustentabilidade implica reconhecer que a crise ambiental é também uma crise de valores e de civilização. A interdisciplinaridade, ao integrar dimensões científicas e éticas, permite reconstruir o vínculo entre humanidade e natureza, promovendo um novo modo de pensar e agir. A educação climática, orientada por esse princípio, deve fomentar a reflexão crítica sobre o modelo de desenvolvimento vigente, questionando práticas de exploração e consumo que comprometem o equilíbrio ecológico. A escola, ao assumir o papel de formadora de consciências, torna-se um espaço de resistência e criação, onde o conhecimento se converte em instrumento de transformação social.

O trabalho interdisciplinar requer uma mudança na cultura institucional e na prática docente, exigindo abertura ao diálogo entre saberes e superação de hierarquias entre disciplinas. Tal perspectiva demanda formação continuada dos professores e um planejamento pedagógico que valorize a pesquisa e a investigação. Segundo a visão de Prates (2024), o protagonismo discente é essencial para integrar teoria e prática, fortalecendo o engajamento ambiental e social. Projetos integradores e oficinas colaborativas tornam o aprendizado dinâmico e comprometido

com a sustentabilidade e o cuidado com a vida.

A educação ambiental interdisciplinar deve ser vivenciada no cotidiano escolar por meio de ações que integrem teoria e prática. O envolvimento dos estudantes em projetos ambientais estimula o pensamento crítico e o engajamento ético, fortalecendo valores de cuidado e responsabilidade coletiva. Atividades como hortas, programas de reciclagem e feiras científicas aproximam os conteúdos escolares da realidade dos alunos e promovem o desenvolvimento de uma consciência ecológica ativa. Dessa forma, a interdisciplinaridade consolida-se como uma proposta que articula conhecimento, sensibilidade e ação transformadora.

A consolidação de uma escola ecopedagógica depende de políticas públicas consistentes, gestão democrática e da participação da comunidade em ações que promovam o cuidado com o ambiente. O desafio central da interdisciplinaridade na educação climática, como defende Feitoza (2021), reside em transformar o conhecimento em prática social, convertendo o discurso sustentável em atitudes cotidianas. Quando a escola dialoga com os contextos locais e valoriza os saberes comunitários, a sustentabilidade torna-se experiência vivida e o ato de educar se afirma como compromisso ético e coletivo com a preservação da vida.

Em síntese, a interdisciplinaridade representa um caminho promissor para a efetivação da educação climática e da sustentabilidade. Ao integrar ciência, cultura e ética, ela transforma o ato educativo em prática emancipadora e participativa. Como afirma Prates (2024, p. 60), “aprender sobre o ambiente é aprender sobre a vida e suas interdependências”, e isso requer uma escola capaz de formar cidadãos críticos, sensíveis e comprometidos com o futuro comum. Assim, o desafio da educação ambiental contemporânea consiste em consolidar uma pedagogia interdisciplinar que una pensamento e ação, conhecimento e cuidado, promovendo uma verdadeira cultura de sustentabilidade.

Práticas pedagógicas inovadoras e o desenvolvimento do consumo sustentável

A sociedade contemporânea enfrenta um paradoxo evidente: ao mesmo tempo em que avança tecnologicamente, amplia também os níveis de consumo e degradação ambiental. Nesse contexto, a educação assume papel fundamental ao propor práticas pedagógicas que incentivem o consumo consciente e a responsabilidade socioambiental. Segundo Jacobi

(2003), a escola deve ser compreendida como um espaço privilegiado de formação ética e cidadã, onde o conhecimento é mobilizado para promover atitudes sustentáveis. A inovação pedagógica, nesse sentido, surge como estratégia para articular saberes, despertar a criticidade e transformar o cotidiano em um laboratório de aprendizagem voltado à sustentabilidade.

Conforme aponta Andrade et al. (2023, p. 12):

A adoção de práticas inovadoras exige romper com modelos de ensino baseados na memorização e na transmissão unidirecional de conteúdos. Metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e a investigação científica, permitem que o estudante compreenda os impactos de suas escolhas e reconheça-se como sujeito transformador do meio.

A educação ambiental, ao dialogar com temas como consumo, economia solidária e reciclagem, estimula o pensamento crítico e o engajamento coletivo. Dessa forma, o aprendizado torna-se processo de construção compartilhada, em que teoria e prática se complementam na busca por soluções sustentáveis.

O consumo sustentável deve ser compreendido como um movimento cultural e político que exige a reconfiguração das relações entre indivíduos, sociedade e natureza. O papel do educador é mediar experiências significativas, promovendo espaços de diálogo e reflexão sobre as consequências do consumo excessivo e do desperdício de recursos. Projetos interdisciplinares, feiras ecológicas e campanhas de redução de resíduos aproximam o conhecimento científico da vida cotidiana. Tais práticas possibilitam que o estudante perceba o ambiente não como um objeto de exploração, mas como um sistema de interdependências que requer cuidado e equilíbrio.

O desenvolvimento de competências voltadas ao consumo consciente requer a integração entre inovação pedagógica e valores éticos. O ensino ambiental precisa estimular o protagonismo estudantil por meio da pesquisa e da experimentação em contextos reais. Conforme argumentam Thiemann et al. (2018), essas competências se consolidam quando o processo educativo alia reflexão crítica e práticas sustentáveis, promovendo uma cultura de corresponsabilidade. A utilização de tecnologias digitais, orientada por princípios éticos, amplia o alcance da aprendizagem e reforça o compromisso coletivo com o uso consciente dos recursos naturais.

Nas palavras de Layrargues (2000, p. 84):

Educar para a sustentabilidade requer uma pedagogia emancipatória,

capaz de questionar o modelo de desenvolvimento hegemônico e propor novas formas de convivência com o planeta. As práticas pedagógicas inovadoras devem valorizar o diálogo, a cooperação e o trabalho coletivo, elementos fundamentais para a consolidação de uma cultura de paz e solidariedade.

A educação ambiental crítica, ao promover a autonomia e a corresponsabilidade, transforma o ato de aprender em ato político. A partir dessa perspectiva, o consumo sustentável é entendido não apenas como mudança de hábitos individuais, mas como construção de uma ética coletiva voltada ao bem comum.

A escola deve se consolidar como um espaço de experimentação social, em que os alunos possam vivenciar práticas de sustentabilidade no cotidiano. A implementação de políticas de gestão ambiental, como o reaproveitamento de materiais e o uso racional de energia, fortalece a coerência entre o discurso e a prática pedagógica. O exemplo institucional transforma-se em ferramenta de aprendizagem, ensinando pelo exemplo e inspirando novas atitudes. Quando o consumo consciente é exercido de forma colaborativa, ultrapassa os limites da escola e alcança famílias e comunidades, promovendo uma rede de solidariedade e responsabilidade ambiental compartilhada.

O desafio da educação ambiental contemporânea está em formar sujeitos críticos e participativos, capazes de compreender que cada ato de consumo é também um ato político. As práticas pedagógicas inovadoras devem unir o conhecimento científico à sensibilidade ética, orientando os estudantes para escolhas que preservem o equilíbrio ecológico e social. Ao promover a reflexão sobre os limites do crescimento e as consequências do desperdício, a escola cumpre seu papel transformador e humanizador. Educar para o consumo sustentável é, em essência, educar para a vida — para a convivência harmoniosa entre seres humanos e natureza, entre progresso e responsabilidade.

A escola como espaço de transformação social e ação climática local

A escola contemporânea constitui-se como um dos principais espaços de formação cidadã e de mobilização coletiva diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Mais do que transmitir conhecimentos, ela assume um papel político e ético na construção de uma consciência

ambiental crítica. Quando orientada por valores de sustentabilidade e solidariedade, torna-se um ambiente de ação transformadora, em que o aprendizado é vivenciado na prática cotidiana. As políticas de gestão ambiental, a valorização da diversidade cultural e o protagonismo dos estudantes configuram-se como instrumentos pedagógicos que estimulam atitudes concretas de cuidado com o planeta e com a comunidade local.

Conforme observado por Araújo et al. (2024, p. 45):

A transformação social promovida pela escola ocorre quando o processo educativo se alinha a uma pedagogia participativa e dialógica. A construção de uma cultura de sustentabilidade depende do envolvimento coletivo — professores, alunos, famílias e comunidade — em práticas de responsabilidade socioambiental.

Projetos de intervenção local, hortas comunitárias e campanhas de economia de recursos são exemplos de ações que fortalecem o sentimento de pertencimento e a cooperação entre os sujeitos. Assim, a escola deixa de ser um espaço isolado e passa a atuar como núcleo articulador de mudanças sociais, disseminando valores éticos e ecológicos.

A formação para a cidadania planetária começa nas experiências locais, em que o estudante compreende os problemas globais a partir de sua realidade concreta. A escola tem papel essencial nesse processo, pois ao promover o diálogo entre ciência, cultura e comunidade amplia a consciência crítica e o senso de responsabilidade coletiva. Fracha (2024, p. 39) destaca que “a cidadania ambiental se constrói quando o aprendizado ultrapassa o discurso e se traduz em práticas transformadoras”. Nesse mesmo horizonte, Feitoza (2021) considera que a educação climática ganha sentido emancipador ao conectar o conhecimento à vida e fazer do aluno um agente ativo de mudança social e ambiental.

A noção de cidadania planetária requer a integração entre o local e o global, reconhecendo que os problemas ambientais ultrapassam fronteiras e demandam respostas coletivas. A escola deve fomentar o pensamento sistêmico, incentivando os estudantes a refletirem sobre as interdependências entre natureza, sociedade e economia. Quando incorporada ao currículo, a educação climática fortalece atitudes solidárias e estimula a construção de comunidades sustentáveis. O conhecimento científico, aliado à ética e à sensibilidade social, transforma-se em instrumento essencial para a mudança e para a preservação da vida no planeta.

Como considera Oliveira et al. (2025, p. 13:

A escola é um espaço privilegiado para o exercício da cidadania

ambiental, pois permite vivenciar práticas de cooperação, respeito e diálogo intercultural. A ação climática local se constrói por meio de metodologias participativas, nas quais o estudante aprende a observar o ambiente, identificar problemas e propor soluções coletivas.

Essa abordagem pedagógica estimula a empatia, o senso de responsabilidade e a criatividade, valores indispensáveis à construção de uma sociedade sustentável. Ao integrar saberes científicos e populares, a escola também reconhece a importância dos conhecimentos tradicionais na preservação dos ecossistemas.

Tornar os princípios da sustentabilidade parte da cultura escolar é um dos maiores desafios da educação contemporânea. Isso requer integrar valores ecológicos à rotina pedagógica e à convivência institucional, promovendo ações que unam teoria e prática. Como destaca Ferreira (2023), essa transformação implica repensar a gestão, o uso dos recursos e as relações interpessoais no ambiente educativo. Quando a escola vivencia tais valores em seu cotidiano, fortalece o engajamento, a ética ambiental e o compromisso coletivo com um futuro sustentável.

A transformação social e ambiental promovida pela escola requer continuidade e enraizamento comunitário, expressando-se nas práticas diárias e na formação de valores coletivos. A educação ambiental crítica deve ultrapassar eventos isolados e integrar-se ao cotidiano pedagógico, consolidando o cuidado com o ambiente como parte da identidade institucional. Como ressalta Fracha (2024, p. 43), “essa transformação depende da articulação entre projetos escolares, políticas públicas e parcerias locais que ampliem o alcance das ações”. Assim, ao promover a ação climática local, a escola reafirma seu compromisso com um futuro sustentável, ético e solidário.

Em síntese, a escola, como espaço de transformação social, desempenha papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o planeta. Ao integrar teoria e prática, ciência e valores, transforma o conhecimento em ação e o aprendizado em compromisso coletivo. Educar para a ação climática é também educar para a vida, para o cuidado com o outro e com o ambiente que sustenta a existência humana. Nessa perspectiva, a educação ambiental deixa de ser uma área complementar e se consolida como um projeto civilizatório pautado na ética, na solidariedade e na esperança de um mundo mais justo e equilibrado.

Considerações finais

A discussão apresentada ao longo deste artigo evidencia que a escola ocupa um papel decisivo na consolidação de uma nova consciência ambiental, capaz de articular o saber científico, a ética e a ação coletiva em prol da sustentabilidade. As reflexões desenvolvidas apontam que a crise climática não se restringe a um problema ecológico, mas revela uma crise de valores, de sentido e de modelo civilizatório. Nesse contexto, a educação emerge como a principal via de transformação cultural, política e social, capaz de promover o engajamento crítico e a corresponsabilidade dos sujeitos diante dos desafios ambientais globais e locais.

A interdisciplinaridade, destacada como eixo estruturante da educação climática, mostrou-se um caminho fecundo para integrar áreas do conhecimento e promover aprendizagens contextualizadas. Ao romper com a fragmentação disciplinar, a escola torna-se espaço de diálogo entre ciência, cultura e comunidade, possibilitando que os estudantes compreendam a complexidade das interdependências que sustentam a vida. Essa perspectiva amplia o sentido da aprendizagem, transformando o ato educativo em um exercício de reflexão, de criação e de intervenção no mundo. O conhecimento deixa de ser fim em si mesmo e passa a ser instrumento de emancipação e de construção coletiva de um futuro sustentável.

As práticas pedagógicas analisadas — hortas comunitárias, projetos de reciclagem, feiras científicas e ações de consumo consciente — revelam o potencial da escola como núcleo de transformação local. Tais experiências contribuem para a formação de cidadãos sensíveis, críticos e participativos, capazes de relacionar o cotidiano às problemáticas globais. Mais do que ensinar conteúdos, essas iniciativas educam para o cuidado, para a solidariedade e para a corresponsabilidade, valores indispensáveis à cidadania planetária. Ao unir teoria e prática, a escola cumpre sua função social de formar sujeitos capazes de compreender, questionar e transformar a realidade em que vivem.

Outro ponto fundamental refere-se à necessidade de políticas públicas consistentes e de uma gestão escolar comprometida com a sustentabilidade. A efetivação de uma cultura ecopedagógica requer formação continuada dos educadores, planejamento coletivo e envolvimento comunitário. A sustentabilidade escolar, portanto, não pode se limitar a ações pontuais, mas precisa estar enraizada na cultura institucional, orientando as práticas

pedagógicas, o uso dos recursos e as relações interpessoais. A coerência entre o discurso e a prática constitui-se como elemento ético essencial para que a escola se consolide como espaço de referência e exemplo na defesa da vida e da justiça ambiental.

Nesse horizonte, a cidadania planetária surge como um ideal educativo que articula o local e o global, reconhecendo que cada gesto individual possui impacto coletivo. Formar ecocidadãos significa promover a compreensão de que os recursos naturais são finitos e que a convivência equilibrada com o meio ambiente exige responsabilidade compartilhada. A educação climática, nesse sentido, deve ser compreendida como um projeto civilizatório que ultrapassa fronteiras e estimula o diálogo entre diferentes saberes — científicos, culturais e tradicionais —, valorizando a diversidade como princípio de sustentabilidade.

Por fim, pode-se afirmar que o fortalecimento da educação ambiental crítica e interdisciplinar é condição indispensável para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas e pelas desigualdades socioambientais. A escola, enquanto espaço de formação integral, tem a tarefa de cultivar o pensamento crítico e a ação ética, mobilizando estudantes, professores e comunidade para a construção de práticas sustentáveis e solidárias. Educar para o consumo consciente, para a ação climática e para a cidadania planetária é educar para a vida — para o respeito à natureza, à diversidade e à dignidade humana.

Assim, a educação ambiental deixa de ser um campo periférico e se consolida como um projeto político-pedagógico essencial à sobrevivência coletiva. Cabe às instituições escolares assumir, com coragem e compromisso, o papel de protagonistas na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e ambientalmente responsável. A escola, ao integrar saberes e valores, torna-se espaço de esperança ativa — um território onde o conhecimento floresce como semente de transformação e onde a aprendizagem se converte em ato de amor, resistência e futuro.

Referências

ANDRADE, Francisco M. R. de; SILVA, Tatiane S.; COSTA, Lúcia M. **Educação Ambiental na Amazônia Brasileira: atividades pedagógicas e conscientização cidadã.** *Revista Environmental Education and Awareness*, Brasília, v. 14, n. 2, p. 56-70, 2023. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10013270/>. Acesso em: 15 out.

2025.

ARAÚJO, J. M.; SOARES, L. N.; FERREIRA, E.; DOMINGOS, M. A. C. **Educação como agente de transformação social: desafios e possibilidades.** *Revista The Missioneira*, 30 jun. 2024. Disponível em: <https://cemipa.com.br/revistas/index.php/missioneira/article/download/67/56/197>. Acesso em: 5 ago. 2025.

DIAS, Glaucia de Medeiros; BONOTTO, Dalva Maria Bianchini. **As dimensões local e global nos entendimentos e práticas de professores participantes de um curso de formação continuada em Educação Ambiental.** *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, Vigo, v. 11, n. 1, p. 145-163, 2012. Disponível em: https://reec.uvigo.es/volumenes/volumen11/REEC_11_1_8_ex554.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

FEITOZA, M. A. **Consumo consciente e educação básica: estratégias para promover a sustentabilidade.** 2020. Disponível em: https://facerescentia.com.br/wp-content/uploads/2024/11/CONSUMO-CONSCIENTE-E-EDUCACAO-BASICA_-ESTRATEGIAS-PARA-PROMOVER-A-SUSTENTABILIDADE.docx.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

FERREIRA, P. F. A. **O despertar da consciência cidadã planetária a partir da educação ambiental.** *Revista SCIAS – Direitos Humanos e Educação*, v. 6, n. 2, p. 262-277, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/sciasdireitoshumanoseducacao/article/download/7979/4997>. Acesso em: 14 mai. 2025.

FRACHA, Y. Y. **Contribuição do planejamento dialógico na construção de escolas públicas democráticas rumo à cidadania planetária.** *Revista Brasileira de Educação e Psicopedagogia (RBEPed)*, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/88Y3TKMRnYdYMh7mMHSpH7Q/?lang=pt>. Acesso em: 3 fev. 2025.

FRANÇA, J. P.; OLIVEIRA, M. A. Nobre de. **Educação Ambiental e sustentabilidade escolar no “Projeto Cidadania e Sustentabilidade na Escola”.** *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 19, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/download/18626/13076>. Acesso em: 3 mar. 2025.

GOMES, A. C. F.; SAMPAIO, B. S.; SOUSA, N. L. B. **Cidadania Planetária: um estudo de caso no sistema de educação das escolas profissionais do Estado do Ceará.** Disponível em: https://www.uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos_completos/247-3482-30032016-165202.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

JACOBI, Paulo. **Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade.** *Ciência & Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 189-205, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrFtmfHxktgnt>. Acesso em: 15 out. 2025.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Resolução de problemas ambientais locais na Educação Ambiental: um estudo de caso brasileiro.** *Revista Environmental Education Research*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 167-178, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/248965348_Solving_Local_Environmental_Problems_in_Environmental_Education_A_Brazilian_case_study. Acesso em: 15 out. 2025.

NASCIMENTO, F. N.; LOBINO, M. G. F. **Consumo, sustentabilidade e educação ambiental: análise de uma proposta de ensino.** *Revista Sala de Aula*, v. 13, n. 3, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/saladeaula/article/view/2742>. Acesso em: 26 abr. 2025.

OLIVEIRA, J. A. et al. **Educação Ambiental e as potencialidades da cidadania planetária: enfoques teórico-práticos na contemporaneidade.** *Revista Educação Contemporânea (REC)*, v. 2, n. 2, 2025. Disponível em: <https://editoraverde.org/portal/revistas/index.php/reca/article/view/526>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PRATES, A. de O. **Práticas educativas para um desenvolvimento sustentável.** *Journal Desenvolvimento*, 2023. Disponível em: <https://ojs.latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/jdev/article/download/2431/2180/6865>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SILVA, R. T. B. **A Educação Ambiental Freiriana na concretização do consumo sustentável.** *Educação e Realidade*, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/JZtTMNY6tW3Xf8FkN4PZXjg/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2025.

THIEMANN, Fabiane T.; LIMA, Rosane P.; MORAES, Eliane S. **Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil: tendências, desafios e perspectivas.** *Revista Environmental Education Research*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 213-228, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13504622.2018.1536927>. Acesso em: 15 out. 2025.